

ENTREVISTA: PAULO MORAIS

Vice-presidente da Associação Transparência e Integridade

2015 será um teste "crucial" à democracia e à Justiça. Apesar de reconhecer que "aparentemente" há uma mudança de atitude perante a corrupção, pede julgamentos mais rápidos

"Quando se recuperar os bens levados pela corrupção faremos um combate sério"

A corrupção continua a ser um crime com poucas acusações e ainda menos condenações.

Ainda se faz pouco no combate?

O nível de intervenção da justiça é ainda ridículo para a dimensão do fenómeno da corrupção em Portugal. A corrupção consiste na utilização de um cargo público para um benefício particular. Há muitos crimes afetos e a tipologia jurídica é diversa. Os próprios magistrados perdem-se na confusão legal, mas isso não justifica tão pouca intervenção. Contudo, a justiça também tem poucos meios. O orçamento para a justiça é muito baixo. Um poder judicial sem meios nunca é verdadeiramente eficaz.

E também podemos olhar para o Citius, gerido pelo poder executivo. Isto não garante a separação de poderes.

Este ano houve casos mais mediáticos, atingindo figuras em cargos públicos de topo e ex-governantes. Vê uma mudança no combate à corrupção?

Há uma mudança de paradigma. Mudou a procuradora-geral da República e também a direção do DCIAP. São duas peças-chave e começa a fazer sentir-se na forma de intervenção. Irá ser mais eficaz? Há mais atenção e cuidado nas acusações. Mas só quando a justiça conseguir recuperar os bens, os ativos que são levados pela corrupção, é que estaremos a fazer um combate a sério.

Estes casos recentes despertam mais discussão. Teme que se gere uma confusão entre política e justiça?

A confusão só existe no caso em que um arguido, o ex-primeiro-ministro José Sócrates, tem feito uma defesa política quando devia concentrar-se na justiça. Não é comparável a nenhum caso que tenha ocorrido em Portugal e é necessário que o julgamento venha quanto antes, para que haja justiça a funcionar.

Os escândalos financeiros deixam as pessoas confusas por não

verem acusados nem culpados...

Trata-se também de corrupção. O que foi feito nas instituições financeiras, casos do BPN e do BES, só foi possível com a permissividade das entidades reguladoras, o Banco de Portugal e a CMVM, e a cumplicidade de agentes políticos. O BES é uma empresa privada que tinha a convívência de agentes políticos. É corrupção.

Também se aumentou a escala.

Até agora parecia que só a administração local tinha corrupção, mas já vemos altos cargos públicos a serem atingidos...

São ambas graves. Na administração central, sente-se de forma direta. As verbas do Orçamento de

Estado são direcionadas, pela via da corrupção, para os interesses económicos. Na administração local, não é tanto do orçamento diretamente, mas sobretudo com as emissão de licenças e alvarás. Permite-se a valorização de terrenos, com mecanismos muito semelhantes aos do tráfico de droga. Mas no urbanismo nunca há prisões e estes gangues, com a mesma ou maior ren-

tabilidade dos traficantes de droga, escapam impunes sob uma capa de legalidade.

Acredita que há uma nova atitude no país para o combate à corrupção?

Aparentemente, sim. Creio que 2015 será um ano crucial para a saúde da democracia – vamos ver se há de facto um novo modelo ou se foi episódico este conjunto de ações. Exige-se julgamentos rápidos com condenações. E muito importante é haver a recuperação de ativos. A Polícia Judiciária tem um gabinete especializado, a lei é ótima, só não há é grande recuperação de bens. Veja-se o caso do BPN; bastava captar uma parte do dinheiro perdido para se conseguir três ou quatro mil milhões. É captar aquilo que é de todos nós. Teria um enorme efeito dissuasor e daria para a justiça funcionar em pleno durante anos.

DAVID MANDIM



“
Há uma mudança de paradigma. Mudou a PGR e a direção do DCIAP”